



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-1 – Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação

A HISTÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: O CASO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

THE HISTORY OF POSTGRADUATION IN BRAZIL: THE CASE OF INFORMATION SCIENCE

Gabriela Fernanda Ribeiro Rodrigues. UNB.

Eliane Braga de Oliveira. UNB.

Carlos Henrique Juvêncio. UFF.

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O ensino superior no Brasil vivenciou mudanças importantes entre as décadas de 1930 e 1960, na figura de três marcos históricos. Tais mudanças foram motivadas por uma onda de modernização, desenvolvimento científico, tecnológico e a necessidade de formação de profissionais especializados no país. Dentre esses marcos, destaca-se o Parecer nº 977/65, responsável pela regulamentação da pós-graduação brasileira. O estímulo à criação dos cursos de pós-graduação no Brasil, influenciou também a criação de cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e em Ciência da Informação, inclusive em uma perspectiva de atualização profissional. O presente artigo relata uma investigação de natureza qualitativa e exploratória, que trata do surgimento desses primeiros cursos de mestrado em Ciência da Informação e Biblioteconomia e Documentação, no Brasil, na década de 1970. Por meio de pesquisa bibliográfica, apresenta o contexto da criação dos cursos nas respectivas instituições, IBBD/UFRJ, USP, UFMG, PUC-Campinas, UnB e UFPB. Reúne os argumentos utilizados à época para justificar a criação dos cursos e identifica personagens responsáveis pela mobilização para criação dos cursos de mestrado. Conclui que é importante investigar esse momento de expansão e especialização do ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil, a nível de pós-graduação, pois permite a recuperação histórica da formação do campo, bem como a compreensão da composição identitária da Ciência da Informação brasileira.

Palavras-Chave: Programas de pós-graduação em Ciência da Informação. História da Ciência da Informação. Instituições de ensino e pesquisa.

Abstract: Higher education in Brazil experienced essential changes between the 1930s and 1960s, in the form of three historical landmarks. Such changes were motivated by a wave of modernization, scientific and technological development, and the need to train specialized professionals in the country. Among these milestones, Opinion No. 977/65 stands out, responsible for the regulation of Brazilian postgraduate studies. The stimulus to the creation of postgraduate courses in Brazil also influenced the creation of postgraduate courses in Librarianship and Information Science, including in a perspective of professional updating. This article reports an investigation of a qualitative and exploratory nature, which deals with the emergence of these first master's courses in Information Science and Library and Documentation, in Brazil, in the 1970s. Bibliographic research presents the context of creating the courses at the respective institutions, IBBD/UFRJ, USP, UFMG, PUC-Campinas, UnB, and UFPB. It gathers the arguments used at the time to justify the creation of the courses and identifies characters responsible for the mobilization for the creation of the master's courses. It concludes that it is important to investigate this moment of expansion and specialization of the



teaching of Librarianship and Information Science in Brazil, at the postgraduate level, as it allows the historical recovery of the formation of the field, as well as the understanding of the identity composition of Brazilian Information Science.

Keywords: Postgraduate programs in Information Science. History of Information Science. Teaching and research institutions.

1 INTRODUÇÃO

Na história do ensino superior no Brasil há três momentos importantes marcados por decretos e reformas, situados entre as décadas de 1930 e 1960. O contexto histórico das épocas nas quais esses três marcos ocorreram tem em comum a instabilidade que havia no campo político brasileiro, tanto na Era Vargas, entre os anos de 1930 a 1945, como no período do regime militar, instituído entre 1964 e 1985 (MOTTA, 2014).

Conforme a cronologia dos fatos, o primeiro marco foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, também conhecido como a reforma Francisco Campos, nomeada com a alcunha do ministro que a promoveu durante a Era Vargas (MOTTA, 2014; CURY, 2005). Esta reforma apresentava princípios a serem seguidos pelas universidades e instituía finalidades como a elevação do nível cultural geral, o estímulo à investigação científica e a formação de profissionais para exercer funções que exigiriam preparo técnico e científico (BRASIL, 1931).

O ministro Francisco Campos pretendia modelar a universidade para além de suas funções didáticas. De acordo com Fávero (2006), ele acreditava que a instituição deveria transcender a finalidade do ensino e se ocupar das “preocupações da pura ciência”. Outros dois decretos foram publicados na mesma data: o Decreto nº 19.850, que determinava a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), e o Decreto nº 19.852, dedicado à Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ)¹ (ROTHEN, 2012). Juntos, esses documentos formavam o Estatuto das Universidades Brasileiras, ao qual Rothen (2012) afirma que, apesar de ambíguos, apresentou conceitos significativos nas discussões posteriores sobre o modelo de universidade que o Brasil adotaria.

O segundo marco é o Parecer CFE nº977/65, aprovado em 3 de dezembro de 1965. Nesse período, o então Conselho Nacional de Educação, já havia sido extinto e substituído,

¹ “Em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto n.º 14.343, o governo federal criou sua primeira universidade: a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). [...] Em 5 de julho de 1937, a Lei n.º 452 reorganizou e transformou a URJ em Universidade do Brasil (UB). [...] Em 1965, [...] em 20 de agosto, foi sancionada a Lei n.º 4.759, que dispunha, em seu artigo primeiro, que as universidades e escolas técnicas federais da União seriam qualificadas de “federais”, tendo a denominação do respectivo Estado. Assim, a UB foi reorganizada e transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”. UFRJ (online). Disponível em: <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/>.



em 1961, pelo Conselho Federal de Educação (CFE), por meio da Lei nº 4.024/61 (CURY, 2009), sendo, este, o responsável pela elaboração do parecer. O parecer, que visava a padronização e a regulamentação dos cursos de pós-graduação no Brasil, foi redigido pela Câmara de Ensino Superior (CES) e teve como relator Newton Sucupira. Foi assinado por nomes de relevo para a educação brasileira, como Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro Mendes, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valnir Chagas e Rubens Maciel. O objetivo deste relatório era “[...] definir a natureza e objetivos dos cursos de pós-graduação, à luz da doutrina e do texto legal, concluindo por apresentar as suas características fundamentais na forma da exigência legal” (ALMEIDA JÚNIOR, 2005, p. 163) e será aprofundado ao longo deste trabalho.

O terceiro marco é a Reforma Universitária, instituída na forma da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que tinha por objetivo fixar “[...] normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média” (BRASIL, 1968). Cury (2009) afirma que, apesar dos seus acertos e desacertos, foi esta reforma a responsável pela institucionalização do ensino superior, inclusive pela figura da universidade no Brasil.

Para Alves e Oliveira (2014) a Reforma Universitária realizada pelos militares no período do regime militar, tinha como um dos objetivos retirar das universidades o foco da resistência à ditadura existente a época. A base para tal reforma se estabeleceu sobre o Decreto nº 53 de 1966 que “[...] apresentava a necessidade de articulação entre ensino e pesquisa, que deveriam compor a organização de toda a universidade” (ALVES, OLIVEIRA, 2014, p. 355) e o Decreto nº 252 que “[...] reúne a criação dos departamentos compreendidos como “menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoas” (ALVES, OLIVEIRA, 2014, p. 355).

O processo de modernização autoritária do qual as universidades foram o foco no período do regime militar, durante a década de 1960, baseava-se na intenção do governo de manter sua hegemonia e controle, planejando uma estrutura para as universidades que passariam a funcionar como principais agentes de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico do país (FÁVERO, 1991; MOTTA, 2014).

A fase de expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil, alcançou a área da Biblioteconomia, motivando também a criação de cursos de mestrado voltado para os profissionais bibliotecários com foco na perspectiva de atualização profissional. O presente



artigo, de natureza qualitativa e exploratória, trata do surgimento dos primeiros cursos de mestrado em Ciência da Informação e Biblioteconomia, no Brasil, na década de 1970.

Apresenta um recorte de tese de doutorado em desenvolvimento que busca recuperar aspectos históricos do estabelecimento da pós-graduação em Ciência da Informação no país. Como procedimento metodológico foi realizada pesquisa bibliográfica, na qual buscou-se textos de autoria de personagens importantes para a história da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, que tiveram participação direta na implementação da pós-graduação, durante a década de 1970. Foram selecionados artigos de autoria de Edson Nery da Fonseca, Hagar Espanha Gomes, Anna da Soledade Vieira, Abigail de Oliveira Carvalho, Suzana Pinheiro Machado Mueller, Kira Tarapanoff.

No tópico seguinte expõe breve história da regulamentação da pós-graduação no Brasil, com a publicação do Parecer CFE nº 977/65. Em seguida, apresenta o contexto que resultou no surgimento dos primeiros cursos de mestrado da área, a partir do que é relatado nos trabalhos dos autores selecionados e demais obras consultadas sobre a história da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

2 A REGULAMENTAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: PARECER CFE Nº 977/65

O Parecer CFE nº 977/65, segundo marco na história do ensino superior, é responsável pela regulamentação da pós-graduação no Brasil visando o interesse e a necessidade de uma estrutura universitária que permitisse conciliar ensino e pesquisa, planejando o desenvolvimento tecnológico e científico do país, bem como a possibilidade de formação dos pesquisadores em território nacional, “[...] sobretudo tendo em vista que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos, e para cuja formação não basta a simples graduação” (ALMEIDA JÚNIOR, 2005, p. 165).

Dentre outros fatores, o relator Newton Sucupira salienta que, até aquele momento, os cursos de pós-graduação eram quase inexistentes no Brasil, pois acreditava-se que na graduação era possível formar profissionais, cientistas e tecnólogos (ALMEIDA JÚNIOR, 2005), sem propor uma formação mais elaborada e pensada individualmente para cada carreira. Posto isso, o Parecer CFE nº 977/65, ao delimitar a pós-graduação nos moldes como esta é conhecida atualmente, possibilita um olhar sobre o contexto e os atores que participaram da elaboração desse documento, assim como seus desdobramentos.



O parecer CFE nº 977/65 é texto fundador da pós-graduação sistemática no Brasil e, após ele, parece não haver nenhum outro texto que articule doutrina e normatização sobre o assunto com tanto impacto sobre esse nível da educação superior no Brasil. Diante de tal permanência e diante da ausência de outro texto doutrinário tão marcante como ele, mesmo havendo passado por governos de matizes tão diferentes, o parecer nº 977/65 leva a pensar (CURY, 2005, p.18).

Na ocasião em que o parecer foi solicitado, o Ministério da Educação e Cultura apresentou três justificativas para a regulamentação da pós-graduação:

1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (ALMEIDA JÚNIOR, 2005, p.165).

Para estruturar a pós-graduação-brasileira, a comissão do Parecer CFE nº 977/65 se inspirou no modelo da pós-graduação estadunidense que já era reconhecida por sua tradição e pelo sucesso do desenvolvimento dos programas de pós-graduação, além de ser responsável pela transformação das universidades dos Estados Unidos em polos de pesquisa de âmbito científico e tecnológico (ALMEIDA JÚNIOR, 2005; BOMENY, 2001).

No entanto, o relator Newton Sucupira reforça a ideia do projeto da CFE não ser uma cópia simples e pura do modelo estadunidense, mas sim base de orientação para pensar um modelo de pós-graduação que atendesse às necessidades nacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2005).

Embasado, então, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 cujo artigo 69 previa as três categorias de cursos que a universidade deveria se ocupar – graduação, pós-graduação e especialização – o Parecer entende que, “[...] o conceito que formulamos de pós-graduação *sensu stricto*, isto é, o sistema de cursos regulares que se superpõe à graduação, visando desenvolver, em amplitude e profundidade, os estudos feitos nos cursos de graduação e conduzido à obtenção de grau acadêmico” (ALMEIDA JUNIOR, 2005, p.169).

O parecer também previa que os futuros cursos de pós-graduação fossem submetidos ao reconhecimento do Conselho Federal de Educação, para garantir que os princípios doutrinários, critérios operacionais e normas fossem respeitadas, viabilizando o controle das fundações e o seu desenvolvimento. De acordo com Sucupira, tal medida se fazia necessária, afim de “[...] evitar que a pós-graduação brasileira – essencial à renovação de nossa universidade – seja aviltada em seu nascedouro [...]” (ALMEIDA JUNIOR, 2005, p. 170).



Por conseguinte, a pós-graduação brasileira foi sistematizada na forma do Parecer CFE nº 977/65, regulamentada e alicerçada na tendência modernizadora e desenvolvimentista, em voga entre as décadas de 1960 e 1970, que pretendia formar, dada a necessidade, especialistas e cientistas no país que contribuíssem com o desenvolvimento de novas tecnologias, acelerando, assim, o crescimento econômico almejado na época. Estes fatos fizeram do planejamento e normatização da pós-graduação uma prioridade, pois no Brasil já havia algumas tentativas de cursos de pós-graduação não sistematizados, mas iniciativas isoladas e pioneiras. Os fundamentos dessa normatização seriam aproveitados e consagrados pela Lei da Reforma Universitária (n. 5.540), em 1968, e serviram de base ao sistema ainda hoje em vigor (MOTTA, 2014, p. 256).

3 OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

O estímulo à criação dos cursos de pós-graduação nesse período influenciou também na criação dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e em Ciência da Informação, inclusive em uma perspectiva de atualização profissional, como descreve Suzana Mueller² (2018, p. 255):

[...] as bibliotecas universitárias não tinham condição nem de acervo nem de prestação de serviços para apoiar de maneira adequada os novos cursos de pós-graduação que vinham aumentando bastante em número. Muitos professores desses novos cursos haviam se formado no exterior, e lá se habituaram com bibliotecas universitárias eficientes e bem providas. Esses professores, agora também pesquisadores, confrontados com bibliotecas pobres de acervo e serviços, pressionavam a Capes por melhorias. A Capes se esforçava para solucionar esses problemas.

E, consequentemente:

O apoio dado aos novos cursos de pós, em todas as áreas, incluiu grandes repasses de verbas para compra de material bibliográfico, que tinham que ser administrados. A pressão sobre bibliotecas universitárias era grande, e sua deficiência, inclusive administrativa, afetava todos os cursos. Assim, a formação de bibliotecários tornou-se um alvo importante para a Capes, que trouxe ao Brasil vários consultores estrangeiros, contratados especialmente para examinar esse problema, o problema da formação dos bibliotecários (MUELLER, 2018, p. 255).

²Bibliotecária da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, em 1972, e que passaria a compor o quadro de professores do curso de Biblioteconomia na instituição, a partir de 1975. Para mais informações, ver Simeão (2016), "Homenagem à bibliotecária e professora emérita Suzana Pinheiro Machado Mueller".



Não obstante os esforços da CAPES, a preocupação com a especialização profissional dos bibliotecários já existia no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), desde a década de 1950, quando da sua criação, como relata Hagar Espanha Gomes³:

A formação profissional tem sido uma preocupação constante do IBBB. Prova isto o disposto na alínea i do Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto de sua fundação, bem como a criação do curso de Pesquisas Bibliográficas, hoje, Curso de Documentação Científica, que recebeu mandato universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir de 1964. Este curso ministrado regularmente desde 1955, é considerado por aquela universidade como especialização (GOMES, 1974, p. 13).

Esse curso serviu de inspiração e base para as disciplinas oferecidas pelos cursos de graduação em biblioteconomia que, entre as décadas de 1950 e 1960, estavam em período de expansão pelo país. Nesse período houve outros acontecimentos importantes para a área, como a busca por reconhecimento da profissão como nível superior e o estabelecimento de um currículo mínimo para o curso. Ambos foram concretizados no ano de 1962, quando houve a regulamentação da profissão pela Lei 4.084/62 e a aprovação do primeiro currículo mínimo do curso de biblioteconomia. Em 1982 uma nova versão foi aprovada, e entrou em vigor o segundo currículo mínimo de graduação em biblioteconomia (GOMES, 1974; MUELLER, 1985; CASTRO 2000). No entanto, essas regulamentações geraram novas questões, como apontam Almeida e Baptista: “[...] surgiram entre os acadêmicos, descontentamentos com a quantidade de disciplinas e com o caráter ora muito técnico e ora demasiadamente humanístico dos conteúdos estabelecidos” (ALMEIDA, BAPTISTA, 2013, p. 7).

Em sua obra *A biblioteconomia Brasileira: 1915-1965* (1966), Laura Russo⁴ enfatiza outras questões e também melhorias possíveis a serem realizadas nas Escolas de Biblioteconomia existentes naquele momento, nas quais destaca a improvisação de professores e a falta de especialização em nível de pós-graduação. Isto é, além da demanda de especialização profissional, também havia necessidade de professores qualificados para atuar nos cursos de graduação, visando a melhoria na qualidade de ensino dos futuros profissionais. Consequentemente, se fazia necessária a criação dos cursos de pós-graduação nos quais esses professores e profissionais pudessem se especializar.

³ Bibliotecária, presidente do IBBB entre os anos de 1972 e 1975. Para mais informações, ver “Mulheres da Ciência da Informação”, PPGCI 50 anos (online). Disponível em: <http://50.ppgci.ibict.br/mulher/hagar-espanha-gomes/>.

⁴ Bibliotecária, primeira presidente da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (Febab), de 1961 a 1974, e do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), de 1966 a 1968.



Edson Ney da Fonseca⁵, em 1968, no Seminário sobre Ensino de Biblioteconomia, organizado pela Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação e pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, declarava em defesa da pós-graduação em Biblioteconomia:

Somos dos que pensam que o Brasil necessita de Mestres e Doutores não apenas nas carreiras tradicionais, mas também em biblioteconomia. Necessita igualmente de bacharéis em biblioteconomia e até mesmo de bibliotecários de nível médio. Mas, como é um país de contrastes, essas diferentes e contrastantes necessidades são nele concomitantemente sentidas no mesmo grau de intensidade. Tanto as escolas do interior precisam de bibliotecários de nível médio que classifiquem seus livros didáticos como a Biblioteca Nacional e as bibliotecas universitárias necessitam de bibliotecários de nível superior que cataloguem suas obras raras e de bibliotecários de nível pós-graduado que planejem suas novas instalações (FONSECA, 1974, p. 31).

Fonseca (1974) enfatizava que:

A pós-graduação em biblioteconomia é uma necessidade que decorre do extraordinário desenvolvimento deste campo e do advento de campos novos como a documentação e a ciência da informação. O principal objetivo do ensino de graduação é formar bibliotecários para dirigir e executar serviços, enquanto a pós-graduação procura formá-los para o planejamento e a pesquisa (FONSECA, 1974, p. 27).

No currículo mínimo proposto em 1962, havia a proposta de três níveis no curso de Biblioteconomia, graduação, pós-graduação e doutorado (MUELLER, 1985). O curso de pós-graduação proposto em 1962 e apresentado para aprovação ao CFE, propunha a seguinte estrutura:

2 - CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

2. 1 - O Curso de Pós-Graduação, com a duração mínima de 2 (dois) semestres destina-se a ampliar e atualizar conhecimentos técnicos de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação e a formar professores de Biblioteconomia e Documentação.

2. 2 - O ingresso no Curso de Pós-Graduação far-se-á mediante apresentação de diploma de conclusão do Curso de Graduação.

2. 3 - O Curso de Pós-Graduação poderá ser feito em uma das seguintes especializações: Bibliologia, Bibliotecas Infanto-Juvenis, Documentação, Bibliotecas Especializadas e Didática.

[...] 2. 3. 4 - As disciplinas do Curso de Pós-Graduação poderão ser desdobradas para efeito didático.

2. 5 - Os regulamentos disporão sobre o regime parcelado ou não, a ser adotado pela Escola para a distribuição das disciplinas.

⁵Bibliotecário, professor emérito da Universidade de Brasília. Participou da criação do curso de Biblioteconomia e da implementação da Biblioteca Central da UnB. Para mais informações, ver Miranda (2010) "Vida e obra do professor Edson Nery da Fonseca".



2. 6 Ao concluinte do Curso de Pós-Graduação será conferido o grau de Licenciado na especialização escolhida (RUSSO, 1966. p.22).

Já o doutorado, foi planejado da seguinte forma:

3 - CURSO DE DOUTORADO

3. 1 - As Escolas de Biblioteconomia poderão promover, na medida de suas possibilidades, Cursos de Doutorado.

3. 2 O ingresso nos Cursos de Doutorado é privativo dos licenciados em Curso de Pós-Graduação.

3. 3 O grau de Doutor em Biblioteconomia será conferido ao concluinte do Curso de Doutorado que apresentar e defender tese, de acordo com as formalidades legais (RUSSO, 1966, p.23).

Exceto a graduação, os outros não foram aprovados pelo CFE. É possível inferir que tal fato tenha ocorrido devido ao interesse do CFE em regulamentar os cursos de pós-graduação no início da década de 1960. No entanto, além do projeto proposto já existiam outros cursos de pós-graduação oferecidos, como, por exemplo, no IBBD, na Universidade Federal da Bahia, na Universidade Federal de Pernambuco, entre outros, os quais seguiam diretrizes próprias (RUSSO, 1966; MUELLER, 1985).

Com a alta das demandas e após a tentativa sem sucesso da criação de um primeiro curso de mestrado formal em Biblioteconomia em 1965 pela Universidade de Brasília (UnB) (TARAPANOFF, ALVARES, 2019) e, tendo como expoente máximo o curso de especialização oferecido pelo IBBD, surgiu, em 1970, o primeiro curso de mestrado dedicado ao tratamento e organização da informação, mas não em Biblioteconomia, e sim, em Ciência da Informação.

O curso de mestrado em Ciência da informação oferecido pelo IBBD, foi criado em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, organizado por Célia Zaher e Hagar Espanha Gomes, tinha por finalidade formar e preparar docentes para atuar nos cursos de graduação e pesquisadores na área, contudo não pretendia se restringir a bibliotecários e sim atrair profissionais bacharéis das mais diferentes áreas, que possuíssem uma sólida base de conhecimento teórico. Os programas oferecidos eram voltados à especialização em formação científica (GOMES, 1974; CARVALHO, 1978; MUELLER, 1985).

Era evidente o pioneirismo e importância da iniciativa do IBBD para a expansão e especialização do ensino na pós-graduação, assim como ocorreu com a graduação, como ressalta Mueller (1985):

A influência até então exercida pelo Curso de Documentação Científica sobre os cursos de graduação passou a ser exercida pelo curso de Mestrado, pois um número significativo de mestrandos eram, ou vieram a ser, professores. [...] E mesmo depois da instalação do curso de Mestrado do IBBD, referências



à necessidade de outros cursos para diversificar e aumentar as oportunidades de formação profissional podem ser encontradas na literatura (MUELLER, 1985, p. 11).

Por limitações institucionais, as especificidades do curso de mestrado do IBBD não cobriam todas as necessidades buscadas pelos profissionais na época, como exposto por Gomes (1974):

[...] os programas oferecidos são, intencionalmente, voltados para a informação científica. Isto não significa que não tenhamos consciência da necessidade de desenvolver programas para formar pessoal qualificado para bibliotecas públicas, estabelecimentos de redes de bibliotecas gerais ou escolares, etc. A dificuldade reside no fato de não ser o Instituto, especificamente, uma instituição de ensino e de não estar num contexto universitário. (GOMES, 1974, p. 24).

Porém, cursos de mestrado em Biblioteconomia surgiram ainda na década de 1970. Castro (2000), divide a história do ensino de graduação em biblioteconomia em cinco fases, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1 - Fases e marcos históricos da Biblioteconomia brasileira definidas por Castro (2000)

Fases	Marcos Históricos
1ª: 1879-1928	Início da Constituição do Campo do Ensino da Biblioteconomia sob a influência francesa – Biblioteca Nacional
2ª: 1929-1939	Predomínio do modelo americano sob a influência dos primeiros cursos criados em São Paulo
3ª: 1940-1961	Consolidação do modelo americano e expansão do número de Escolas/Cursos
4ª: 1962-1969	Estabelecimento do primeiro Currículo Mínimo e Regulamentação da profissão – Lei 4084/62
5ª: 1970-1995	Paralisação da criação dos Cursos de Graduação e crescimento dos Cursos de Pós-graduação

Fonte: Extraído de Castro (2000, p. 29).

A quinta fase, situada entre os anos de 1970 e 1995, é onde transcorre a “[...] paralisação do crescimento quantitativo das escolas de graduação e crescimento quantitativo dos cursos de pós-graduação; busca da maturidade teórica da área a partir de novas abordagens tomadas de empréstimo de outros campos de saber” (CASTRO, 2000, p.29).

Entre os anos de 1972 e 1978 foram criados cursos de mestrado voltados para temas de interesse da Biblioteconomia nas seguintes universidades, Universidade de São Paulo (USP), em 1972; na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1976; na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em 1977; na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade federal da Paraíba (UFPB), ambos em 1978 (MUELLER, 1985; PINHEIRO, BRÄSCHER, BURNIER, 2006).



Quadro 2 - Cursos de mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação iniciados na década de 1970

Instituição de Ensino Superior	Curso – nível de mestrado	Ano de criação
IBBD / UFRJ	Ciência da Informação	1970
USP	Ciências da Comunicação	1972
UFMG	Administração de bibliotecas	1976
PUC-Campinas	Metodologia do Ensino em Biblioteconomia	1977
UnB	Biblioteconomia e Documentação	1978
UFPB	Sistemas de Bibliotecas Públicas	1978

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Os cursos propostos à época eram, respectivamente, na USP o curso de mestrado em Ciências da Comunicação, na PUC-Campinas o curso de mestrado em Metodologia do Ensino em Biblioteconomia, na UFMG o curso de mestrado em Administração de bibliotecas, na UnB o curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação e na UFPB o curso de mestrado em Sistemas de Bibliotecas Públicas (MUELLER, 1985; SILVA, FREIRE, 2011).

O curso de mestrado em Ciências da Comunicação, ofertado pelo departamento de Biblioteconomia e Documentação, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, em 1972, de acordo com Carvalho (1978), oferecia à Biblioteconomia uma experiência enriquecedora devido à associação com a ECA.

As primeiras turmas de pós-graduados vinculadas à área de concentração ciência da informação eram compostas principalmente pelos docentes do Departamento de Biblioteconomia e Documentação (CBD), devido à necessidade de titulação dos mesmos para que pudessem exercer suas atividades de maneira regulamentada na ECA. (QUEIROZ, NORONHA, 2004, p. 133).

Na UFMG, o curso de pós-graduação em Administração de bibliotecas, implementado pela Escola de Biblioteconomia em 1975, foi planejado a partir de três objetivos:

1º) melhorar a qualidade do ensino em nível de graduação, através da preparação de docentes atualizados quanto ao conteúdo da Biblioteconomia e alertados para os aspectos educacionais e didáticos; 2º) incentivar a pesquisa em bibliotecas, como suporte ao planejamento, através da formação de pesquisadores, propiciando o desenvolvimento de modelos próprios, baseados na realidade de cada sistema; 3º) aumentar a eficiência do trabalho profissional em bibliotecas, através da formação de pessoal de alto nível, capaz de aplicar os fundamentos científicos ao exercício da profissão (VIEIRA, 1977, p. 137).

A elaboração do projeto foi de responsabilidade das professoras Etelvina Lima e Anna da Soledade Vieira.

Já o curso de mestrado da PUC-Campinas, iniciado em 1977, com área de concentração Metodologia do Ensino em Biblioteconomia, tinha por foco:



[...] acentuada ênfase a disciplinas pedagógicas, embora o curso se vincule à Faculdade de Biblioteconomia e não à Faculdade de Educação. Os organizadores do curso partiram do pressuposto de que a graduação em Biblioteconomia seguida de curso Pós-graduado de disciplinas didático-pedagógicas torna o candidato apto para o desempenho de atividades de magistério em Escolas de Biblioteconomia (CARVALHO, 1978, p. 273).

O curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação, oferecido pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação, na UnB, foi criado em 1978. O currículo do curso ficou sob a responsabilidade da professora Nice Menezes de Figueiredo, primeira bibliotecária brasileira a obter a titulação de doutorado em biblioteconomia e também a primeira coordenadora do curso. O curso foi dividido em duas linhas de pesquisa:

[...] (i) Planejamento, Organização e Administração de Sistemas de Informação, e (ii) Recursos e Técnicas de Documentação e Informação Especializada. A primeira área de concentração era voltada para a formação de gestores, enquanto a segunda visava atrair pessoas de várias áreas interessadas em tratamento de informação especializada (TAPARANOFF, ALVARES, 2019, p.269).

Para estruturação do curso, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação contou com o apoio da CAPES em pontos importantes:

[...] a contratação de novos professores, concessão de bolsas para que os então professores fossem se titular no exterior, e ainda, aval para participação de entidades como o British Council, Fundação Fulbrighth e OEA, para a vinda de professores estrangeiros para dar condições de iniciar o curso (MUELLER, 2018, p.256).

Quanto ao curso oferecido na UFPB, um mestrado em Biblioteconomia na área de concentração de Sistemas de Bibliotecas Públicas, foi criado pela Resolução nº 203/7, em 1977, tendo início em 1978, se dividia em duas linhas de pesquisa:

[...] "Hábito de Leitura" e "Planejamento e Gerência de Bibliotecas Públicas", com dois objetivos básicos: 1) "formar docentes que atendam qualitativa e quantitativamente à expansão e melhoria do ensino de Biblioteconomia; 2) formar especialistas de alto nível para desenvolver atividades de pesquisa, planejamento e gerência de Sistemas de Bibliotecas Públicas (BRITO, LUCENA, GARCIA, 1991, p.73).

O curso de mestrado da UFPB, sob a coordenação da professora Júlia Van Damme, foi o primeiro do Nordeste na área e pretendia sanar a carência existente na região quanto a formação profissional especializada de docentes para atender a demanda, quantitativa e qualitativamente, de ampliação e melhorias do ensino em Biblioteconomia, além da formação de especialistas para o desenvolvimento de pesquisas, planejamento e gerência de sistemas de bibliotecas públicas (OLIVEIRA, 1999; COSTA et al, 2009).



Pinheiro, Bräscher e Burnier (2006) indicam que IBICT, USP, UnB e UFMG, são as instituições que oferecem cursos de graduação há mais tempo e foram as primeiras a se tornarem programas, oferecendo também o doutorado. Vale ressaltar, que da oferta do mestrado ao doutorado, entre as décadas de 1970 e 1990, houve um movimento de transição, no qual esses cursos adotaram a titulação em Ciência da Informação em seus nomes, passando os cursos de mestrados, que até então se apresentavam sob uma diversidade de títulos, padronizados ao mestrado em Ciência da Informação e os cursos de doutoramento, já nascidos como doutorado em Ciência da Informação.

Os cursos de doutorado nesses programas surgiram na década de 1990. Por outro lado, uma lacuna de 20 anos separa os cursos dos anos 70, com novos cursos que emergem a partir de 1998 (PINHEIRO, 2007, p.3). Isto é, essas instituições não foram apenas as primeiras a receber e a moldar a Ciência de Informação no Brasil, em sua maioria a partir da Biblioteconomia, mas por muitos anos, possuíram o domínio da Ciência da Informação no país. Como enfatiza Smit (1999, p. 4), “[...] a passagem da Biblioteconomia para a Ciência da Informação, na pós-graduação, ainda que muitas vezes insuficientemente discutida do ponto de vista epistemológico, pode ser analisada enquanto consequência de uma preocupação com a construção teórica [...]”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e regulamentação da pós-graduação no Brasil foi um momento importante na história, pois viabilizou a formação de profissionais especializados no país. Na Biblioteconomia essa era uma demanda que instituições como o IBBD já buscavam resolver e a possibilidade de criação e expansão de cursos de mestrado veio para suprir tal necessidade.

A década de 1970 configura um período importante para o ensino da Biblioteconomia e da Ciência da informação, pois foram criados cursos específicos para a formação profissional do bibliotecário, além do que muitos profissionais tiveram a oportunidade de se formar fora do país e replicar tais experiências no Brasil. Esse é um momento histórico decisivo para a constituição da Ciência da Informação brasileira, no qual se decidiu caminhos teóricos, abordagens conceituais, influências internacionais, entre outros fatores que formaram a Ciência da Informação como conhecemos ou como deveríamos conhecer.

Identificados os primeiros cursos como atores de relevância, é fundamental saber e quais foram os caminhos percorridos nessa jornada de expansão, articulação e ensino da



Biblioteconomia e Ciência da Informação, a nível de pós-graduação. A história dos primeiros cursos de mestrado em Ciência da Informação e Biblioteconomia e Documentação constitui um rico *corpus* a ser explorado e analisado, permitindo a recuperação historiográfica da Ciência da Informação, bem como a compreensão da composição identitária da mesma e a difusão entre estudantes e profissionais da área, para que as suas origens não sejam uma incógnita.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, A. et al. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 162-173, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2022.

ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: FEBAB, 2013. p.1-12. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2396>. Disponível em: 18 ago. 2022.

ALVES, Miriam Fábila.; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 30, n. 2, p.351-376, 2015. DOI: 10.21573/vol30n22014.53680. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53680>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior**. Brasília: Paralelo 15, CAPES, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 29 nov. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRITO, Edna Maria Torreão; LUCENA, Jerusa Lyra.; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. O curso de mestrado em biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. **Informação & Sociedade:**



Estudos, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 73-78, jan./dez. 1991. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/27>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CARVALHO, Abigail de Oliveira. Pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação: reflexões, sugestões, experiências. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 289-309, 1978. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71215>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000. 287 p.

COSTA, Luciana Ferreira da et al. A pós-graduação em ciência da informação na UFPB: entrevista com a professora Francisca Arruda Ramalho. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 147-155, set./dez. 2009. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14883>. Acesso em: 18 ago. 2022.
CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo Ano do Parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação [online]**, n. 30, p. 7-20, set./dez. 2005. Disponível em:
https://doi.org/10.1590/S1_413-24782005000300002. Acesso em: 18 ago. 2022.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista [online]**, v. 22, n. 28, p. 17-36, dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/7609/5423>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortes: Autores Associados, 1991. 150 p.

FONSECA, Edson Nery da. A pós-graduação em biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 3, n. 1, p. 27-39, 1974. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/35990>. Acesso em: 18 ago. 2022.

GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pós-graduação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 3, n. 1, p. 13-26, 1974. Disponível em: <https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/35989>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 448 p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Celebrando os 40 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. **Revista Ibero Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 251–261, 2018. DOI: 10.26512/rici.v12.n1.2019.11618. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/11618>. Acesso em: 18 ago. 2022.



MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. DOI: 10.18225/ci.inf.v14i1.222. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OLIVEIRA, Marlene de. Características das dissertações produzidas no curso de mestrado em Ciência da Informação da UFPB. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-15, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/405>. Acesso: 18 ago. 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Cenário da Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2007. p. 1-14. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/65>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro.; BRASCHER, Marisa; BURNIER, Sonia. Ciência da Informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 23-75, set./dez. 2006. DOI: 10.18225/ci.inf.v34i3.1084. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1084>. Acesso em: 18 ago. 2022.

QUEIROZ, Fernanda Mendes; NORONHA, Daisy Pires. Temática das dissertações e teses em ciência da informação no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 132-142, maio/ago. 2004. DOI: 10.18225/ci.inf.v33i2.1055. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1055>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 2 [17], p. 141-160, fev. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581>. Acesso em: 18 ago. 2022.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira: 1915-1965**. Rio de Janeiro: INL, 1966. 357 p.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A identidade da ciência da informação brasileira no contexto das perspectivas históricas da pós-graduação: análise dos conteúdos programáticos dos ppgci's. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, **Anais [...]**. Brasília: UnB, 2011. p. 255-274. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/178130>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SMIT, Johanna. W. A política governamental para a pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-10, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/398>. Acesso em: 18 ago. 2022.

TARAPANOFF, Kira; ALVARES, Lillian. A informação como objeto de estudo: histórico da pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade de Brasília. **Revista Ibero-Americana**



ENANCIB 2022

PORTO ALEGRE | UFRGS | PPGCIN

XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação • ENANCIB
Porto Alegre • 07 a 11 de novembro de 2022

de Ciência da Informação, Brasília, v. 12, n. 1, p.262-289, jan./abril. 2019. DOI:
10.26512/rici.v12.n1.2019.19163. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19163>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VIEIRA, Anna da Soledade. A formação de administradores de bibliotecas: na berlinda o programa da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 136-160, set. 1977. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36215>. Acesso em: 18 ago. 2022.